

Ata da reunião do Conselho Fiscal do Instituto Municipal de Previdência de São José do Rio Pardo – SP. Aos 18 dias do mês de março do ano de 2026, às 17h30min, na sede do IMP, situado à Rua Tarquínio Cobra Olyntho nº 69, Vila Pereira, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal: Alexandre Ricardo dos Santos, Eduardo Rizzieri Cavalli, Fernanda Silvério Mansano, Matheus Dalbon Schiavon e Renato Donizete Marcelino Gonçalves (suplente). Tendo como pauta da reunião: Análise e parecer dos balancetes do IMP dos meses de janeiro e fevereiro de 2026; análise do contrato Web Paes; e assuntos diversos. Na ausência do presidente e da vice-presidente do Conselho, o sr. Secretário, Matheus Dalbon Schiavon, assumiu as funções da Presidência. A reunião foi aberta com a entrega dos documentos referentes aos assuntos da pauta e procedeu com a Análise e Parecer dos Balancetes dos meses de Janeiro e Fevereiro de 2026, que foram explicados pelo Sr. Júlio César Urias Oliveira, contador do IMP. Na competência de janeiro de 2026 o Instituto apresentou em total de receita orçamentária os valores de R\$ 1.956.228,68 no plano financeiro e R\$ 3.293.745,27 no plano previdenciário; em relação às despesas orçamentárias, apresentou o total de R\$ 2.125.667,72 no plano financeiro, R\$ 2.555.199,72 no plano previdenciário e R\$ 113.930,59 de taxa administrativa, apresentando saldo bancário total de R\$ 295.308.157,70 no mês. Na competência de fevereiro de 2026 o Instituto apresentou em total de receita orçamentária os valores de R\$ 1.206.846,99 no plano financeiro e R\$ 3.443.435,37 no plano previdenciário; em relação às despesas orçamentárias, apresentou o total de R\$ 2.312.445,39 no plano financeiro, R\$ 2.694.636,40 no plano previdenciário e R\$ 97.680,01 de taxa administrativa, com saldo bancário total de R\$ 296.568.552,06 no mês. Destaca-se que, em janeiro, as receitas acima do normal se deram por conta do 13º da maior parte das entidades, que o pagam nesta competência. A rentabilidade das aplicações financeiras teve valor expressivo no bimestre. Nas despesas, destaca-se aumento de janeiro para fevereiro em virtude da revisão geral anual concedida através de lei municipal. Em janeiro, o saldo orçamentário fechou positivo no valor de R\$ 455.175,92 devido ao recebimento dos valores referentes ao 13º. Já em fevereiro, o saldo orçamentário fechou negativo em R\$ - 454.479,44 e, se não houvesse o resgate de R\$ 1.570.000,00 dos investimentos, o déficit orçamentário teria superado dois milhões. Com relação ao número de aposentados e pensionistas no primeiro bimestre de 2026, o IMP fechou com o total de 777 aposentados e 185 pensionistas no mês de janeiro e, no mês de fevereiro, 782 aposentados e 185 pensionistas. Em seguida, o Sr. Matheus Dalbon Schiavon colocou os balancetes dos meses de janeiro e fevereiro de 2026 com os respectivos pareceres para aprovação, sendo aprovados por unanimidade. Depois, foi analisado o contrato firmado no período, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para o desenvolvimento do portal do IMP, com fornecimento total de licença de uso, bem como suporte técnico, manutenção, migração, hospedagem do website e serviços de atualização de informações do portal da transparência, com produção de arte para capa de notícias do site,

desenvolvimento sistema web de retaguarda. A empresa contratada, através de dispensa de licitação, foi WEB PAES DESENVOLVIMENTO LTDA ME, com o valor global de R\$ 6.347,88 e vigência de um ano a partir de 12/03/2026. Em seguida, nos assuntos diversos, a diretora executiva interina, Amanda Chiconello Braga, respondendo a questionamento de um conselheiro, informou que se encontra na fase inicial de estudos uma reforma da previdência municipal “que se assemelhe às regras do RGPS”, em virtude de questionamentos do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo neste sentido, por ocasião das fiscalizações, e de orientações da Secretaria de Previdência. Ela comentou que atuários e especialistas acreditam que haverá nova reforma da previdência no Regime Geral após as eleições presidenciais deste ano. Disse que o tema foi sugerido pelo próprio Instituto à Gestão municipal, com base em análises atuariais. A ideia é que esta reforma seja a menos danosa possível aos direitos dos servidores, mas ao mesmo tempo precisa assegurar a saúde financeira do IMP para que ele consiga cumprir com os benefícios previdenciários dos seus segurados. Segundo a diretora, a Gestão municipal, inicialmente, era contrária à realização de uma reforma, pois já contribuiu significativamente ao Instituto, como a realização da segregação de massas e aumento da alíquota patronal. Entretanto, após as apresentações atuariais, concordaram que não poderiam se furtar de debater o tema. A Gestão deixou ao IMP a responsabilidade por levantar dados, realizar análises, estudar o tema e propor uma minuta de reforma da previdência, com a participação de representantes de todas as entidades e do Sindicato dos Servidores. Um ponto a ser abordado por esta proposta será a proteção àqueles servidores que estão prestes a obter o direito à aposentadoria pelas regras atuais. A diretora teme que, com a possível futura reforma da previdência do RGPS, as determinações aos Regimes Próprios se endureçam ainda mais, e deixar a reforma municipal para o futuro significaria uma reforma mais dura; além de que os apontamentos que hoje estão sendo “regras semelhantes às do Regime Geral”, podem se transformar em “regras iguais às do Regime Geral”. Amanda finalizou dizendo que esta proposta será apresentada ainda este ano. Após a conclusão de todos os itens da pauta e na ausência de demais manifestações por parte dos conselheiros, o Presidente em exercício, sr. Matheus Dalbon Schiavon, deu por encerrada a reunião e ficou responsável pela lavratura da presente ata que, após lida e aprovada, vai por todos os presentes assinada.

Alexandre Ricardo dos Santos \_\_\_\_\_

Eduardo Rizzieri Cavalli \_\_\_\_\_

Fernanda Silvério Mansano \_\_\_\_\_

Matheus Dalbon Schiavon \_\_\_\_\_

Renato Donizete Marcelino Gonçalves \_\_\_\_\_

-----X-----